

Ministro suspendeu polémico corte de freixos em Marvão

15 de Fevereiro, 2017

Cumprindo uma decisão da empresa pública Infra-estruturas de Portugal (IP), um grupo de trabalhadores procedeu na manhã de segunda-feira ao corte de sete dos dez freixos (*Fraxinus angustifolia* Vahl), que estavam sinalizados para abate, no lugar de São Salvador da Aramenha na Estrada 246-1, que liga Marvão a Castelo de Vide, diz hoje o Público. A operação foi “autorizada pelo ICNF [Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas]”, referiu ao Público o porta-voz da IP.

A decisão suscitou o protesto da Câmara de Marvão, que diz não ter sido informada. A intervenção, entretanto, foi suspensa por ordem do ministro do Planeamento e Infra-estruturas, Pedro Marques. O governante foi alertado para o abate das árvores pelo vereador na Câmara de Marvão (PSD), José Manuel Pires, e pelo deputado socialista Luís Testa, eleito pelo círculo de Portalegre.

Os freixos foram sinalizados para abate por se encontrarem “decrépitos, em mau estado de conservação e sem qualquer possibilidade de recuperação” e “constituírem um perigo iminente para a segurança rodoviária”, refere a IP. E acrescenta que nos exemplares abatidos foram identificadas “algumas patologias resultantes de danos causados nos troncos por colisão das cargas de veículos pesados, de problemas fitossanitários provocados por fungos e de alterações na orografia dos terrenos contíguos à estrada, originando alteração drástica dos níveis freáticos.”

A empresa pública diz ter “solicitado ao Parque Natural de S. Mamede, que integra o ICNF, autorização para abate de dez freixos” e que foi igualmente solicitada “autorização” para a poda de manutenção e limpeza nas restantes árvores da EN 246-1 entre Castelo de Vide e Marvão.

A IP garante ainda ter informado o Parque Natural de S. Mamede, que entre os dias 8 e 10 de Fevereiro procederia aos trabalhos de poda de manutenção e no dia 13 de Fevereiro procederia ao abate dos freixos.

Nos esclarecimentos prestados ao Público, o presidente da Câmara de Marvão, Vítor Frutuoso, confirma que os freixos estavam sinalizados para abate, “há algum tempo”, mas salientou ter contactado as “entidades competentes” para que “houvesse alguma coerência na intervenção”. O autarca refere ter reclamado junto da IP e do ICNF um diagnóstico “muito rigoroso” de cada uma das árvores, assumindo o município os encargos dessa intervenção.

Neste sentido, o município chegou a contactar uma empresa especializada na conservação e tratamento de árvores, propondo a realização de um estudo da totalidade do conjunto arbóreo, para definir medidas de intervenção concretas para cada um dos freixos.

“A nossa proposta foi ignorada”, afirma o autarca, exigindo que a “decisão tomada pela Infra-estruturas de Portugal seja analisada, para apurar responsabilidades por eventuais precipitações nas medidas adoptadas.” Vítor Frutuoso já ordenou aos serviços municipais que indagassem onde se encontra o depósito do material lenhoso, resultante do abate dos sete freixos, para tentar confirmar se o seu derrube se justificava, frisando ter tido uma conversa com o presidente do ICNF sobre a importância de conhecer o estado vegetativo das árvores e que este “mostrou vontade em analisar” a proposta do município de Marvão.

Tendo em consideração que este património está inserido no concelho de Marvão e está classificado como sendo de interesse público desde 1997, o autarca recorda que, em Fevereiro de 2015, chegou a estar programada uma intervenção no “Túnel das Árvores”, mas que foi suspensa pela então presidente do ICNF, Paula Sarmento, por se entender que a solução “enfermava de um diagnóstico pouco cuidado”, face à importância que o referido conjunto tem para toda a região.

Refere ainda que houve da parte da IP “uma certa forma de ultrapassar o município, criticando a opção de desviar o trânsito por uma estrada municipal que “não foi projectada para receber viaturas de grande porte”, sem que houvesse o cuidado de informar a Câmara de Marvão.

Vítor Frutuoso admite que possam existir árvores que já não seja possível recuperar, mas outras “ainda poderão, eventualmente, ser preservadas através de tratamento adequado”. Todavia, o problema de fundo mantém-se. “Estamos perante um troço complicado”, ladeado por linhas de freixos e onde dois carros pesados “não cabem”, salienta o autarca. Defende a construção de um troço alternativo, que teria pouco mais de um quilómetro de extensão “e que não teria um custo elevado”. Esta solução, assinala o autarca, para além de garantir a segurança do tráfego rodoviário, poderia salvaguardar o património natural com centenas de freixos que embelezam o troço de estrada “mais bonito de Portugal”.

O Público solicitou esclarecimentos ao ICNF, mas até à hora de publicação desta notícia não teve resposta.

**Foto de Lusa*